

Um exemplo na prática



JOÃO ALBERTO VIOL
Diretor de Engenharia da Sabesp

ORLANDO CASSETARI
Engenheiro, assessor da Diretoria de Engenharia da Sabesp

O trabalho a seguir, assinado pelo diretor de Engenharia da Sabesp, João Alberto Viol (recentemente eleito para a presidência nacional da ABES-Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental) e Orlando Cassetari, foi apresentado no 1º Encontro das Engenharias Civis Ibero-Americanas, realizado em Cáceres, Espanha, de 17 a 21 de maio passado, sob o título "Dotação de infra-estrutura para abastecimento de água da Região Metropolitana de São Paulo — Dificuldades e aspectos institucionais envolvidos". Pela oportunidade do tema tratado, decidimos publicá-lo nesta edição. Afinal, nele se tratam de exemplos bastante concretos sobre implicações das Leis 7750 e 7663.

A Sabesp-Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo, que aqui representamos, é uma empresa estatal criada em 1973 com a finalidade de planejar, construir e operar os sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário no território do Estado de São Paulo, mediante concessão.

Hoje a Sabesp tem sob sua responsabilidade e operação os sistemas de água e esgotos sanitários das áreas urbanas de 297 municípios, dos quais depende uma população total da ordem de 19 milhões de habitantes. Para tanto, gerencia um orçamento anual da ordem de 700 milhões de dólares que incorpora dotações orçamentárias, empréstimos externos e recursos oriundos de suas próprias receitas. Conta com um corpo de 19.120 funcionários organizados segundo uma estrutura descentralizada em níveis regional e municipal.

Atendendo ao honroso convite que nos foi formulado pela comissão organizadora deste importante evento — e motivados pela oportunidade de compartilhar com os colegas que atuam no campo da engenharia civil nos países ibero-americanos, com os quais o Brasil guarda estreitos vínculos culturais e profunda identidade — nos propusemos a trazer para este fórum a nossa experiência no campo específico da gestão de obras de infra-estrutura sanitária.

Entendemos que a nossa experiência acumulada durante os últimos 20 anos, com seus erros e acertos, poderá contribuir para o debate de diferentes aspectos relacionados com o desempenho da engenharia civil, na superação dos graves problemas que afetam o desenvolvimento futuro de nossos países, debate este que, esperamos, permita delinear os espaços que oferecem oportunidades para o estreitamento e a intensificação da cooperação ibero-americana.

Estamos certos, outrossim, de que o saneamento básico é questão imprescindível neste encontro, orientado pelo tema "Desenvolvimento com Qualidade de Vida". De fato, a qualidade de vida em nosso país ainda passa pela conquista efetiva do direito à vida e à saúde, princípios constitucionais que as determinações do desenvolvimento dependente não permitem realizar extensivamente, sobretudo em conjunturas de crise econômica como as que sucessivamente vêm ocorrendo desde o final da década de 70.

Apesar dos importantes avanços alcançados, convivemos ainda no Brasil com taxas de mortalidade infantil da ordem de 60%, dez vezes superiores às verificadas em países desenvolvidos como a Suécia, por exemplo. Mesmo no âmbito do centro urbano mais desenvolvido do País — a cidade de São Paulo — essas

taxas ainda superam o patamar dos 30%. Dentre os inúmeros fatores determinantes dessa situação, as condições sanitárias têm relevante participação, como se pode inferir da composição das causas desses óbitos, em que as doenças infecciosas e parasitárias ocupam o segundo lugar, com 15% das ocorrências.

Do saneamento básico, destacamos para este evento o tema do abastecimento de água, como fator primordial para a saúde pública, sem desconhecer ou minimizar a importância e a correlação com os problemas dos sistemas de esgotos sanitários, dos efluentes industriais e dos resíduos sólidos.

Optamos por destacar um único aspecto da questão visando, no restrito espaço de tempo que nos é reservado, atingir algum nível de detalhamento que garanta a possibilidade do debate posterior.

Selecionamos também, de modo a limitar o objeto de análise, o caso específico do abastecimento de água da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), a qual engloba 38 municípios e que constitui o principal desafio que enfrentamos na solução dos problemas de saneamento sob nossa responsabilidade.

A magnitude do problema pode ser avaliada pela própria consideração do que significa a dotação da infra-estrutura para uma concentração de 16 milhões de habitantes, prática-

